



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

REGULAMENTO DISCIPLINA DA UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO (UVP-FPC)

APROVADO POR UNANIMIDADE EM REUNIÃO DE DIREÇÃO NO DIA 02.03.2017

Artigo 1.º

Composição e Eleição

1. O Conselho de Disciplina é composto por três membros efectivos e dois suplentes.
2. A eleição dos cinco membros do Conselho de Disciplina é feita de acordo com os estatutos da U.V.P./Federação Portuguesa de Ciclismo.

Artigo 2.º

Competência

1. Apreciar e punir, de acordo com a lei e os regulamentos federativos, as infracções disciplinares em matéria desportiva.
2. Emitir parecer sobre propostas de alteração, suspensão ou revogação dos estatutos da U.V.P./F.P.C. e demais regulamentos, em matéria de disciplina.
3. Emitir parecer obrigatório sobre questões de interpretação ou integração dos estatutos e demais regulamentos da U.V.P./F.P.C., em matéria de disciplina.
4. Elaborar parecer obrigatório sobre a elaboração e alteração do Regulamento do Conselho de Disciplina.

Artigo 3.º

Funcionamento

1. O Conselho de Disciplina reúne por convocatória do seu presidente ou por iniciativa da maioria dos seus membros e ainda por solicitação do Presidente ou da Direcção da U.V.P./F.P.C.
2. A convocatória, quando seja efectuada pelo presidente do Conselho de Disciplina, não obedece a formalidades especiais.
3. As deliberações são tomadas por maioria, devendo ser fundamentadas, podendo ser expressas, resumidamente, declarações de voto.
4. Por decisão do presidente, o Conselho de Disciplina pode deliberar sem reunião formal, por voto escrito da maioria dos seus membros.

Artigo 4.º

Procedimentos

1. Apresentado um assunto ao Conselho de Disciplina, o respectivo presidente decidirá sobre a abertura de processo disciplinar, e, se for o caso, sobre a suspensão preventiva do Arguido e a duração do prazo de suspensão, que não poderá ser superior a metade da pena máxima aplicável em abstracto.
2. A abertura do processo disciplinar deve ser comunicada ao Arguido, no prazo de 48 horas úteis após a emissão do respectivo despacho de abertura.
3. A suspensão preventiva, caso seja aplicada, deverá ser comunicada ao Arguido no prazo de 48 horas úteis após a emissão do despacho que contenha a decisão de suspender o Arguido.
4. O processo disciplinar será de tramitação sumária, não dependendo de formalidades especiais e deve ser conduzido de modo a levar rapidamente ao apuramento da verdade, sem prejuízo de o Arguido produzir toda a prova necessária à sua defesa.
5. A aplicação das sanções de perda de pontos, desqualificação, multa e suspensão da actividade desportiva só poderão ser aplicadas depois de ouvido o Arguido, salvo se este recusar ou protelar o exercício deste direito sem justificação atendível. O depoimento do Arguido deverá ser reduzido a escrito.
6. Sempre que do processo disciplinar em causa possa resultar a aplicação de pena de suspensão da actividade desportiva, será obrigatoriamente nomeado um instrutor do processo disciplinar.
7. No caso previsto no número anterior, o instrutor do processo elaborará nota de culpa com a descrição circunstanciada dos factos imputados ao Arguido, a qual lhe será de imediato comunicada.
8. O Arguido dispõe de 8 dias úteis para responder à nota de culpa, podendo, nessa ocasião, solicitar as diligências de prova que sejam pertinentes para o esclarecimento da verdade.
9. A inquirição das testemunhas será feita no local indicado pelo instrutor. A apresentação das testemunhas é da responsabilidade de quem as indica, sendo a sua falta livremente apreciada pelo instrutor.

10. O instrutor pode, em despacho fundamentado, recusar as diligências probatórias que considerar impertinentes para a descoberta da verdade ou que tenham fim meramente dilatatório.
11. Depois de efectuadas todas as diligências de prova consideradas pertinentes, o instrutor elaborará um relatório final, na qual proporá a condenação ou absolvição do Arguido, submetendo-o à aprovação do Conselho de Disciplina.
12. O Conselho de Disciplina decidirá tomando em conta todo o processado, e poderá fazê-lo por remissão para o relatório final referido no número anterior.
13. Os processos disciplinares devem estar concluídos no prazo de 45 dias ou, em situações fundamentadas de complexidade da causa, no prazo de 75 dias, contados a partir da autuação do respetivo processo.”.

Artigo 5.º

Infracções

1. As infracções são classificadas como leves, graves e muito graves atendendo aos interesses lesados, à relevância das normas violada e à culpa do Arguido.
2. As infracções podem ser provadas por qualquer meio.
3. As constatações dos comissários, nos relatórios e processos escritos, fazem fé até prova em contrário.

Artigo 6.º

Sanções

1. As penas a aplicar são as previstas na lei, nos estatutos, e demais regulamentos da modalidade, a saber:
 - a) Repreensão Escrita: consiste numa admoestação escrita dirigida ao infractor, com exposição sucinta dos factos praticados e das normas violadas, instando-o a corrigir o seu comportamento;
 - b) Perda de Pontos: consiste na perda de pontos obtidos durante uma prova, e pode ser aplicada sempre que a infracção tenha sido cometida durante a referida prova;

- c) Desqualificação: consiste na proibição de continuação da participação numa prova, e pode ser aplicada sempre que a infracção tenha sido cometida durante a referida prova;
 - d) Multa: sanção pecuniária aplicável de acordo com a lei e os regulamentos;
 - e) Suspensão da Actividade Desportiva: consiste na suspensão do infractor, que ficará impedido, por prazo determinado, de praticar qualquer actividade desportiva.
2. Em casos excepcionais fundamentados, no interesse da modalidade ou de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 50.º e seguintes do Código Penal, o Conselho Disciplinar, ao aplicar qualquer penalidade ou ao conhecer de qualquer recurso, poderá determinar a suspensão da execução da sanção por um prazo determinado e sobre obrigações precisas.
3. Mediante pedido do corredor, do grupo desportivo, da equipa, ou outra formação desportiva, da associação respectiva ou da Direcção da U.V.P./F.P.C., e tendo em conta os interesses da modalidade, ou de acordo com os critérios dos artigos 72.º e 73.º do Código Penal, o Conselho de Disciplina pode atenuar extraordinariamente as sanções aplicáveis.

Artigo 7.º

Casos especiais

1. É suspenso pelo período mínimo de 1 (um) mês e máximo de 3 (três) anos todo o licenciado que:
- a) Tenha uma conduta violenta, injuriosa ou difamatória relativamente a um comissário, a uma instância da U.V.P./F.P.C., ou em geral a todos os que exerçam uma missão prevista nos regulamentos ou determinada por instâncias próprias do ciclismo;
 - b) Se comporte de modo a atingir a imagem, reputação ou os interesses do ciclismo;
 - c) Não responda a convocatória de instância disciplinar sem justificação adequada.
2. Qualquer infracção não sancionada especificamente por uma disposição regulamentar sê-lo-á como segue:
- a) Licenciado (excepto organizador): suspensão pelo período de 1 (um) mês a 2 (dois) anos e multa de 150 € (cento e cinquenta euros) a 1500 € (mil e quinhentos);

- b) Grupo desportivo, clube ou estrutura desportiva: suspensão pelo período de 1 (um) mês a 2 (dois) anos e multa de 1000 € (mil euros) a 5000 € (cinco mil euros);
- c) Organizador: multa de 1000 € (mil euros) a 5000 € (cinco mil euros).

Artigo 8.º

Recursos

1. Das decisões do Conselho de Disciplina nos termos deste regulamento cabe recurso para o Conselho de Justiça.
2. O recurso é interposto mediante requerimento, que identificará a decisão recorrida, entregue na secretaria da U.V.P./F.P.C. ou enviado por carta registada, acompanhado da importância de 1000 € (mil euros), a qual será devolvida em caso de provimento.
3. As alegações devem acompanhar o requerimento sob pena de indeferimento imediato.
4. O recurso terá efeito suspensivo, mas em casos devidamente fundamentados e tendo em conta os interesses do Ciclismo, o Presidente do Conselho de Justiça pode atribuir-lhe efeito devolutivo.
5. Os recursos devem ser interpostos no prazo de 15 dias após a comunicação da decisão, que deverá ser feita por carta registada com aviso de receção. Em casos excecionais poderá ser emitido um comunicado a ler perante o interessado.

Artigo 9.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pelas regras gerais de Direito.